III. A Comissão de que trata este ato será coordenada pelo Promotor de Justiça Dr. NILTON GURJÃO DAS CHAGAS e terá como Vice-Coordenador o Promotor de Justiça Dr. RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES.

IV. REVOGAM-se as disposições ao contrário, em especial a PORTARIA Nº 640/2012-MP/PGJ, de 15/2/2012, D.O.E. de 7/3/2012.

V. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de setembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7383/2015-MP/PGJ

Disciplina o pagamento do auxílio-moradia no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará e dá outras providências. O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 18, inciso V, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2.006, e CONSIDERANDO o disposto no artigo 130-A, § 2º, inciso I, e no artigo 129, § 3º, ambos da Constituição da República; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 7.701, de 11 de abril de 2013, na RESOLUÇÃO Nº 008/2013-CPJ, de 12 de abril de 2013 e na RESOLUÇÃO Nº 117, de 7 de outubro de 2014; CONSIDERANDO a necessidade de se disciplinar o pagamento do auxílio-moradia aos membros do Ministério Público do Estado do Pará; R E S O L V E:

Art. 1º Esta Portaria disciplina o pagamento do auxílio-moradia no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará.

Art. 2º Os membros do Ministério Público em atividade fazem jus à percepção de ajuda de custo para moradia, de caráter indenizatório, desde que não disponibilizado residência oficial condigna na localidade de lotação ou de sua efetiva residência.

Art. 3º Considera-se "residência oficial condigna" aquela que oferece condições mínimas de habitação, segurança e privacidade, que permitam a fixação da residência do membro do Ministério Público com sua família.

§ 1º Caracteriza-se como habitável a residência oficial que possua fundações e estrutura estáveis, com telhado preservado e sem danos irreversíveis, com revestimentos de paredes e pintura externa e interna preservados, instalações elétricas e hidrossanitárias em funcionamento.

§ 2º Considera-se segura a residência oficial que possua muros, grades ou toldos que dificultem a entrada de pessoas estranhas no imóvel.

§ 3º Considera-se privada a residência oficial utilizada por apenas um membro do Ministério Público e sua família.

§ 4º As eventuais dúvidas quanto às condições de habitabilidade da residência oficial serão dirimidas por laudo de vistoria realizada, a pedido do interessado, pelo Departamento de Obras e Manutenção.

§ 5º A existência de arquivo ou quaisquer outros documentos da Promotoria de Justiça em um dos compartimentos do imóvel não afasta sua caracterização como "residência oficial condigna".

Art. 4º O auxílio-moradia será devido somente a partir da data da protocolização do requerimento, que será dirigido ao Procurador-Geral de Justiça, e renovado a cada movimentação na carreira, devendo o pedido conter, no mínimo:

I - a localidade de residência;

II - a declaração de não incorrer em nenhuma das vedações previstas nos arts. 1º e 2º da Lei nº 7.701, de 11 de abril de 2013;

III - a declaração de não estar utilizando a residência oficial ou suítes funcionais do Ministério Público;

IV - o compromisso de comunicação imediata à fonte pagadora da ocorrência de qualquer vedação ou do desaparecimento das circunstâncias que ensejaram o pagamento do auxílio-moradia.

Parágrafo único. O pagamento do auxílio-moradia ocorrerá no mês seguinte ao do efetivo exercício do membro na localidade motivadora da concessão.

Art. 5º Não será devido o auxílio-moradia ao membro do Ministério Público e, de igual modo, o seu pagamento cessará, nas seguintes hipóteses:

I - aposentadoria;

II - falecimento;

III - disponibilidade decorrente de sanção disciplinar;

IV - afastamento ou licença, sem percepção de subsídio;

V - afastamento do membro para curso no exterior ou de duração superior a dois anos no território nacional;

VI - quando o cônjuge ou companheiro do membro ocupe imóvel funcional ou perceba ajuda de custo para moradia na

mesma localidade;

VII - quando desaparecem das condições que motivaram o deferimento do pedido;

VIII - qualquer afastamento temporário ou transitório, superior a 60 (sessenta) dias, que implique a substituição do membro por outro;

IX - quando existir imóvel funcional disponível para uso pelo membro do Ministério Público, que reúna condições de habitação, segurança e privacidade.

§ 1º O deslocamento ocorrido em razão da acumulação em caráter transitório não implicará na perda do auxílio-moradia, sendo vedada a percepção cumulativa dessa ajuda de custo.

§ 2º Nos casos de remoção ou promoção, a cessação do pagamento ocorrerá a partir da entrada em exercício na nova sede de Promotoria.

§ 3º É vedado o uso das suítes funcionais ou equivalentes pelo membro do Ministério Público que perceba o auxílio-moradia.

§ 4º Ao membro lotado em município que disponha de residência oficial, designado para acumular atribuições em outro município em haja imóvel funcional disponível, poderá ser deferido, excepcionalmente, o pagamento de 50% do auxílio-moradia.

§ 5º O membro do Ministério Público do Estado do Pará deverá informar à Procuradoria-Geral de Justiça o desaparecimento das condições que motivaram o deferimento do pedido, sob pena de devolução dos valores recebidos indevidamente, sem prejuízo de eventual responsabilização funcional.

Art.6º Em caso de movimentação funcional do membro para outra localidade, o DRH realizará a interrupção automática do pagamento do auxílio-moradia. O restabelecimento da referida verba somente ocorrerá após apresentação de novo pedido, formulado nos moldes do artigo 4º desta Portaria, condicionado ao deferimento do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 7º O auxílio-moradia não será incorporado aos proventos da aposentadoria ou da disponibilidade.

Art. 8º Os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Fica revogada a PORTARIA Nº 3556/2013-MP/PGJ -MP/PGJ, de 13 de junho de 2013, publicada no Diário Oficial do Estado de 17/06/2013.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em 11 de dezembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7534/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DELEGAR poderes ao Procurador de Justiça MARIO NONATO FALANGOLA para responder pelo expediente da Procuradoria-Geral de Justiça e da Subprocuradoria-Geral de Justiça, para a Área Técnico-Administrativa, no período de 1º a 3/12/2015. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 30 de novembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7780/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

DESIGNAR a Promotora de Justiça SUELY REGINA FERREIRA AGUIAR CATETE para, como representante do Ministério Público do Estado do Pará, participar do evento "Sexualidade: Saúde como Direito", a ser realizado no dia 14/12/2015, nesta Capital.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 11 de dezembro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 7802/2015-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a suspensão do expediente forense no Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no período de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, conforme PORTARIA Nº 4633/2015-GP, de 10/12/2015, publicada no e-Diário da Justiça de 11/12/2015;

CONSIDERANDO o disposto na RESOLUÇÃO Nº 018/2008-GP sobre o expediente forense no período dedicado às festas natalinas e de ano-novo, c/c a RESOLUÇÃO Nº 013/2009-GP

que dispõe quanto ao Plantão Judiciário;

CONSIDERANDO a correlação dos serviços do Poder Judiciário e do Ministério Público, sendo este imprescindível à administração da Justiça,

R E S O L V E:

Art. 1º. SUSPENDER o expediente no Ministério Público do Estado do Pará na Capital e no Interior, no período de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016, sem prejuízo dos serviços essenciais, nos termos do art. 93, inciso XIII, c/c o art. 129, § 4º, da Constituição Federal de 1988, nestes abrangidas as audiências dos Senhores Membros marcadas e não transferidas, o serviço de guarda da Instituição e os plantões funcionais, nos exatos termos da RESOLUÇÃO Nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012 (D.O.E. de 24/9/2012) e da PORTARIA Nº 7707/2013-MP/PGJ, de 10 de dezembro de 2013 (D.O.E. de 13/12/2013), nas situações abaixo elencadas:

I - Persistirá o regime de plantão ministerial/funcional, na forma estabelecida no "caput" do art. 2º da RESOLUÇÃO Nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012 (D.O.E. de 24/9/2012), e realizar-se-á das 8 às 14 horas, nos Municípios onde houver plantão judiciário e, após esse horário, os membros deverão permanecer dentro do raio de ação que lhes permita atender às chamadas urgentes.

II - Nas Procuradorias de Justiça e nos Municípios onde não houver plantão judiciário, os membros do Ministério Público deverão permanecer dentro do raio de ação que lhes permita atender às chamadas urgentes, nos termos do § 3º do art. 2º da RESOLUÇÃO Nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012 (D.O.E. de 24/9/2012).

Parágrafo Único. O Relatório do Plantão, previsto no inciso I deste artigo, será encaminhado pelos plantonistas, em até 48 (quarenta e oito) horas após o término do recesso aos respectivos Coordenadores ou Promotores mais antigos e à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Pará, nos moldes do §1º do art. 7º da RESOLUÇÃO Nº 024/2012-CPJ, de 20 de setembro de 2012 (D.O.E. de 24/9/2012).

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 14 de dezembro de 2015.

MARIO NONATO FALAGOLA-Procurador-Geral de Justiça, e. e. **Protocolo 910756**

EXTRATO DA PORTARIA Nº 021/2015/13ª PJMAB

A 13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE MARABÁ torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL nº 000024-913/2015, o qual se encontra à disposição na sede da Promotoria de Justiça, situada na Rua das Flores, s/nº, Bairro Agrópole do Incra, Marabá-PA.

INQUÉRITO CIVIL nº 000024-913/2015

Objeto: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do Sr. Antônio Duarte, o qual se encontra em situação de rua.

Marabá, 08 de dezembro de 2015.

LÍLIAN VIANA FREIRE, 13ª Promotora de Justiça

Protocolo 910763

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE ACESSIBILIDADE EM RAMPAS E CALÇADAS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ.

O Ministério Público Estadual, representado pela 8ª Promotora de Justiça de Marabá, Dra. JOSÉLIA LEONTINA BARROS LOPES, e pela 13ª Promotora de Justiça de Marabá, Dra. LÍLIAN VIANA FREIRE, no exercício de suas atribuições legais e constitucionais, no âmbito do Inquérito Civil Público nº. 000629-915/2015, instaurado para apurar a acessibilidade em rampas e calçadas no Município de Marabá, convocam Audiência Pública a realizar-se no dia 03 de março de 2015, às 13h30, no Auditório da Câmara Municipal de Marabá, localizada na Rodovia Transamazônica, Bairro Agrópole do Incra, Marabá/PA, com o objetivo de ouvir a população, órgãos da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal, ONG's, Associações, e demais interessados sobre as demandas na área, para orientar a atuação das 8ª e 13ª Promotorias de Justiça de Marabá acerca da garantia de acessibilidade em rampas e calçadas neste Município. A Audiência Pública será gravada em áudio e vídeo e será lavrada, em até 15 (quinze) dias úteis dias após a audiência, ata sucinta dos trabalhos, a qual será disponibilizada aos interessados após o referido prazo.

Proceda a publicação do presente Edital.

Marabá-PA, 03 de dezembro de 2015.

LÍLIAN VIANA FREIRE

13ª Promotora de Justiça da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

JOSÉLIA LEONTINA BARROS LOPES

8ª Promotora de Justiça de Meio ambiente, Habitação e Urbanismo

Protocolo 910776